



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS RIO DE JANEIRO

### **ATA DA REUNIÃO DO CPC 21 DE SETEMBRO DE 2021**

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos, teve início, no ambiente virtual, pela plataforma Google Meet, a reunião do Conselho Pedagógico de *Campus*, sob presidência da Diretora de Ensino, professora Cristiane Pereira Ferreira.

5 A presidente iniciou reunião colocando a ata da reunião anterior do CPC para aprovação, Gustavo Simas solicitou por e-mail, a inclusão de um trecho na ata, sobre a sua saída da reunião às dezesseis horas e quinze minutos, após a inclusão do trecho, a ata foi aprovada pelos conselheiros. Em seguida, Cristiane Pereira falou sobre o retorno das aulas semipresenciais, sendo que o retorno está sendo

10 pensando para as aulas práticas dos últimos períodos dos cursos técnicos, e que as APNPs continuam com atividades síncronas e assíncronas, acrescentando apenas as atividades presenciais. Em seguida, disse que os alunos que tiverem alguma comorbidade, os mesmos terão o direito de ter a transmissão das aulas de forma simultânea, e em relação aos alunos sem comorbidades, os mesmos que não comparecerem as aulas presenciais, terão que trancar o período. Márcio Loureiro falou que em relação

15 aos alunos com comorbidades, ainda não temos nada definido, e que o Reitor disse em reunião, que a transmissão simultânea é praticamente inviável. Cristiane Pereira falou que a reposição das aulas práticas pode acontecer, mas não é de maneira obrigatória, e que pensou em fazer curso para certificação das disciplinas práticas para os alunos egressos, mas que a prioridade é atender os alunos que estão estudando. Em seguida, disse que os professores que tiverem impedimentos de ministrarem

20 as aulas práticas presenciais, os colegiados de cursos irão definir os professores que substituirão os professores com algum tipo de impedimento. Aline Garcia disse que estamos passando a responsabilidade do retorno presencial para os professores. Já que estamos fazendo o retorno das aulas presenciais devido a uma solicitação do ministério público, como faremos o retorno apenas das disciplinas que os professores julgarem necessário seu retorno? Esse tipo de atitude contempla o

25 pedido do ministério público? Cristiane Pereira disse os coordenadores e professores terão que planejar os horários das aulas práticas e das APNPs, afim de evitar choque de horário entre as atividades. Rafaela Sant'Anna pediu para confirmar se é procedente a determinação da PROEN, que diz que os alunos sem comorbidades que não frequentarem as aulas práticas, terão que trancar o período. Cristiane Pereira confirmou que sim, e que a reposição das aulas práticas terá que atender

30 os limites mínimo e máximo de 30 a 50% da carga horária, de acordo com as diretrizes das APNPs, e que os professores terão que pensar nas aulas práticas que são essenciais, e que não podem ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS RIO DE JANEIRO

oferecidas em APNPs. Em relação aos setores administrativos, disse que os mesmos poderão fazer atividades presenciais, mas apenas atividades pontuais e imprescindíveis, e que o Comitê de Biossegurança tem autonomia para decidir sobre o número máximo de pessoas por ambientes tecnológicos. No prosseguimento, falou do retorno das atividades presenciais em três fases: 1ª fase para os alunos concluintes, para reposição das aulas práticas que são essenciais, 2ª fase para alunos de outros períodos, para reposição das aulas práticas e 3ª fase para todos os alunos e disciplinas. Cristiane Pereira disse que precisa do retorno dos colegiados de cursos, sobre as aulas práticas que são essenciais, além da definição da carga horária, espaços e número máximo de pessoas pelos ambientes tecnológicos. Érica Faria perguntou como vamos contabilizar a carga horária dos professores nas aulas práticas e em APNPs. Disse que precisamos pensar na construção de um calendário específico para estas demandas, como por exemplo: numa semana, os professores estarem em aulas práticas e na outra semana, em APNPs. Em relação aos alunos com comorbidades, disse que a questão foge dos colegiados de cursos, e que a instituição teria que fazer esta sondagem com os alunos. Cristiane Mauad disse não entendeu bem a questão dos alunos fazerem as aulas práticas presencialmente, sendo que tivemos alunos aprovados sem aulas práticas, e que não devemos entrar neste viés da obrigatoriedade dos alunos irem para as aulas práticas, já que estamos no regime das APNPs. Cristiane Pereira disse que será feita uma pesquisa pela Reitoria, com o levantamento das condições dos servidores e alunos para o retorno das atividades presenciais. Rafaela Sant'Anna disse que de acordo com o relato da reunião realizada com o reitor, o mesmo aborda a possibilidade de reposição de aulas práticas, e que de acordo com o slide apresentando pela Cristiane Pereira, não temos esta possibilidade, sendo necessário alinhar estas informações antes de enviar as mesmas para os colegiados. Em seguida, disse no último slide sobre as obrigações dos colegiados e do CPC, as atribuições estão iguais para ambos, com o CPC tendo a função de organizar a quantidade de aulas práticas por turmas, sendo que esta é uma função dos colegiados de cursos. No prosseguimento, disse que existem algumas questões que devem ser unificadas, antes de enviar algum tipo de decisão para os colegiados, como quantos tempos teremos na reposição das aulas práticas, como será decido o horário da escola, hora do rush, tem questões que não são dos colegiados. Cristiane Pereira disse que vai dizer as práticas essenciais são os colegiados, abarcando também recomendações do comitê de Biossegurança sobre o número máximo de pessoas por laboratório e no *campus*. Rafaela Sant'Anna pensou que na presente reunião do CPC, teríamos a definição da ocupação máxima de pessoas nos laboratórios, com os dados enviados pelo comitê de Biossegurança, e que isto não seria função dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS RIO DE JANEIRO

colegiados de cursos. Eduardo Coelho perguntou sobre as estratégias de reposição das aulas práticas, e se isto vai ser decidido com a PROEN ou no CPC. Cristiane Pereira disse que vai ser decidido no  
65 CPC. Eduardo Coelho perguntou sobre a extensão do calendário, considerando a opção de realização de uma semana de aulas práticas e uma semana de APNPs, sendo que isto não seria possível no calendário atual. Cristiane Pereira disse que o assunto foi tratado com a PROEN e que o calendário vai continuar como está. Eduardo Coelho disse que pelo calendário atual é praticamente inviável a realização de uma semana de aulas práticas e outra em APNPs, o ideal seria um calendário com  
70 dezoito semanas. Cristiane Pereira sugeriu fazer as aulas práticas no contraturno. Eduardo Coelho disse que os alunos fazem estágio nos últimos períodos, o que inviabiliza o uso do contraturno. Felipe Costa disse estamos no meio de um processo judicial movido pelo ministério público, e não sabemos o resultado do mesmo e estamos discutindo como se o processo tivesse sido aceito, e que de práxis, o procurador do IFRJ vai pedir um prazo para que a recomendação do ministério público seja  
75 executada. Sendo que estamos discutindo sempre o que está para acontecer, e que no CPC estamos discutindo questões que são decididas na Reitoria. Cristiane Pereira disse que a carga dos professores será contabilizada pelo regime de trabalho remoto. Leonardo Costa disse que estamos correndo o risco da justiça determinar o retorno das atividades presenciais normais, e que precisamos parar para pensar no que é factível, considerando a realidade brasileira. Márcia Guerra disse que concorda com  
80 o Felipe Costa, e que precisamos responder duas questões fundamentais, a primeira sobre o limite máximo de pessoas por ambiente, a segunda questão sobre os colegiados de cursos determinarem uma hierarquia de aulas práticas, começando pelas mais imprescindíveis. Marcela Coutinho falou sobre a sua preocupação com a atual situação do laboratório de Farmácia, sendo que o laboratório passou por um acidente durante a pandemia com o vazamento de um cano, e o mesmo continua sem  
85 condições de ser usado. Em seguida, disse que o laboratório está com teto cheio de mofo e insalubre, e que enquanto a questão não for resolvida, teremos um espaço a menos para ser utilizado. No prosseguimento, solicitou o apoio de outras equipes, para o uso de outros laboratórios, enquanto perdurar a situação do laboratório de Farmácia. Sobre o comitê de Biossegurança, Jefferson Robson Amorim disse que o mesmo é formado por técnicos, docentes e uma aluna, e que o mesmo busca  
90 encaminhar vários informativos via e-mail para os servidores. Em seguida, disse que o comitê não tem soluções e sim observações feitas ao longo de mais de um ano. Posteriormente, solicitou que os responsáveis pelos ambientes tecnológicos enviem para o comitê de Biossegurança, as recomendações sobre o limite máximo de alunos por laboratório. Leila Pontes disse que o comitê de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS RIO DE JANEIRO

95 Biossegurança é um comitê de recomendação, e que o mesmo foi montado a pedido do Diretor Geral para fornecer o mínimo de informações para a comunidade em relação as ações realizadas pelo *campus* de combate a pandemia. Disse que o comitê ficou dividido em vários grupos, com um grupo que estudou a planta da instituição, sendo que tudo está caminhando em conformidade. Em seguida, Mariana Paranhos apresentou dados sobre a circulação de pessoas no *campus* Rio de Janeiro, de acordo com os protocolos de segurança. Disse que foi feito um cálculo de distanciamento entre as

100 pessoas, evitando pontos de aglomeração nos corredores, com a designação de rotas. No prosseguimento, falou que o comitê de Biossegurança ainda está discutindo a metragem de distanciamento entre as pessoas, considerando as recomendações de distanciamento de dois metros, um metro e meio e um metro, além da recomendação da subida de pessoas por uma escada e descida por outra escada, colocação de placas de sinalização e dispenser de álcool gel no campus. Leila Pontes

105 falou sobre o grupo formado que está realizando estudos sobre a monitorização de ventilação dos ambientes. Em seguida, disse que o comitê de Biossegurança é de recomendação, não sendo deliberativo. Disse que o comitê também tem a preocupação com todo o entorno do IFRJ, que é uma região de eminente contágio do vírus da covid-19. Leila Pontes disse que o comitê recomendou o não uso do estacionamento de carros do *campus* Rio de Janeiro, para facilitar o distanciamento das

110 pessoas na entrada e saída do *campus*. No prosseguimento, disse que a próxima etapa do comitê de Biossegurança é de conscientização da comunidade do IFRJ para o combate da Covid-19. Priscila Marques disse que faz parte do comitê de Biossegurança na condição de representante da CISSP. Em seguida, reforçou o pedido para que os responsáveis pelos ambientes tecnológicos enviassem informações sobre a ocupação máxima dos laboratórios, considerando os distanciamentos entre as

115 pessoas de dois metros, um metro e meio e um metro. Gisele Seixas disse fez o mapeamento de distanciamento entre as pessoas para salas de aulas e ambientes administrativos. Em relação aos ambientes tecnológicos, pediu os três cenários de distanciamento entre as pessoas, de dois metros, um metro e meio e um metro. E que a recomendação de distanciamento entre as pessoas, vai depender das características das aulas práticas, considerando também, a movimentação dos alunos durante as

120 aulas. Em seguida, disse que o distanciamento depende de vários fatores, e que a nossa tendência é seguirmos os parâmetros da Fiocruz de distanciamento de um metro e meio, pois eles trabalham com a realidade do Rio de Janeiro, e preparam uma cartilha atualizada com as recomendações para o retorno das atividades presenciais. Roberta Prates perguntou quanto ao uso dos banheiros para os alunos, sendo que em cada andar, só temos um banheiro. Priscila Marques disse que o comitê também



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS RIO DE JANEIRO

125 fez recomendações para o uso dos banheiros. Roberta Prates disse que só temos um vaso sanitário por andar, e os banheiros não têm ventilação. Em seguida, perguntou sobre a possibilidade de uso de banheiros químicos. Priscila Marques disse que isto não foi colocado pelo comitê, em relação ao uso banheiros químicos. Márcia Guerra perguntou sobre a dinâmica no interior dos laboratórios, e se teremos alguma autoridade superior ao comitê de Biossegurança, que vai decidir sobre o número

130 máximo de pessoas por ambiente, de acordo com os dados científicos. Cristiane Pereira disse que os comitês dos campi têm autonomia para fazer as determinações e procedimentos. Jefferson Robson Amorim disse que o Diretor Geral sempre vai responder pelas ações realizadas no *campus*, e que em relação ao número máximo de pessoas por ambiente, o comitê vai recomendar e a Direção Geral vai seguir a recomendação. Rafaela Sant'Anna disse que os responsáveis pelos ambientes tecnológicos

135 terão três recomendações sobre o distanciamento das pessoas, sendo elas: dois metros, um metro e meio e um metro, fato que vai dificultar o trabalho dos colegiados sobre o limite máximo recomendando de pessoas por laboratório. Gisele Seixas disse que a nossa tendência é adotar a recomendação de distanciamento de um metro e meio da Fiocruz, mas questão vai depender dos dados epidemiológicos e dos ambientes. Leila Pontes elogiou o Diretor Geral, Jefferson Robson Amorim,

140 pela execução das etapas propostas pelo comitê de Biossegurança. Otávio Versiane Cabral disse de acordo com as reuniões com a Reitoria, não será realizado um plano único de retorno, sendo que o retorno acontecerá em três etapas, com a última etapa prevista para ocorrer em 2023. Em seguida, disse que a primeira questão para pensarmos, é conter a defasagem dos alunos em relação as aulas práticas, começando pelos primeiros períodos, e que ele fica preocupado com a adoção de uma ação

145 muito imediatista, e que temos que olhar para os primeiros períodos, deixando de produzir déficit de aulas práticas. Cristiane Pereira disse que isto é uma discussão para cada colegiado, e que os mesmos devem trazer o retorno da questão. Rafaela Sant'Anna disse que pedir para as pessoas trazerem o seu quantitativo é uma conta que não fecha, pois temos uma conta para fechar que é o calendário de três meses, em que não vamos utilizar todas as semanas, devido as diversas programações, e temos que

150 discutir quantas semanas teremos de reposição das aulas práticas. Em seguida, disse que precisamos criar amarras e não liberdades em relação a reposição das aulas práticas, e que não podemos abrir para que cada um decida o que quer. Samir Nasser disse que não entendeu quais as diretrizes serão encaminhadas para os colegiados. Cristiane Pereira disse que é para discutir nos colegiados, o número de aulas práticas e a quantidade de alunos que terão as aulas práticas. Márcio Loureiro sugeriu que os

155 coordenadores façam a exposição e comecem a discussão das aulas práticas que serão feitas e quais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS RIO DE JANEIRO

serão os arranjos destas aulas práticas, e paralelamente, o comitê de Biossegurança vai receber dos responsáveis pelos ambientes tecnológicos, o número máximo de alunos por laboratório, fazendo os ajustes necessários. Aline Garcia disse que entende que o comitê de Biossegurança precisa de tempo para fazer o quantitativo, mas que os coordenadores também precisam dos dados para fazerem o levantamento do número máximo de alunos por laboratório. Márcia Guerra disse que temos que ter clareza que as deliberações podem mudar de acordo com a decisão da justiça. Eduardo Coelho disse que seria importante uma outra reunião do CPC para discutir a reposição das aulas práticas. Harley Moraes disse que levar as dúvidas para as reuniões dos colegiados, pode gerar um caos, e que as diretrizes devem ser definidas, antes das reuniões dos colegiados. Leonardo Costa disse que em relação as semanas de aulas práticas e em APNPs, os grupos de alunos e servidores teriam que ser fixos, pois se um aluno testar positivo, as aulas seriam suspensas somente para aquele grupo. Cristiane Pereira disse que precisa analisar a questão com calma e marcar uma outra reunião do CPC. Harley Moraes sugeriu que os coordenadores consultassem as suas equipes de aulas práticas, para definirem o tempo máximo de aulas práticas. Em seguida, Cristiane Pereira, agendou nova reunião do CPC para o dia 24 de setembro às 9 horas, para obter o retorno das equipes. Harley Moares disse que de terça-feira até sexta-feira, os coordenadores não terão tempo suficiente para consultar as equipes das aulas práticas e obter o retorno das mesmas. Por fim, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião as dezessete horas e quarenta e sete minutos.